



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

THÁIS LISBOA SOARES

**A INFLUÊNCIA DO NEOTOMISMO NO SURGIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2017

THAÍS LISBOA SOARES

**A INFLUÊNCIA DO NEOTOMISMO NO SURGIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima da Silva Grave Ortiz

Rio de Janeiro

2017

THAÍS LISBOA SOARES

A INFLUÊNCIA DO NEOTOMISMO NO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fátima da Silva Grave Ortiz. ESS/UFRJ
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Marielene Aparecida Coelho. ESS/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Gláucia Lelis Alves. ESS/UFRJ

AUTORIZAÇÃO

Eu, Thaís Lisboa Soares, DRE 113167993, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso, por meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

.....
[Assinatura]

Quem foi que disse que eu escrevo para as elites?
Quem foi que disse que eu escrevo para o bas-fond?
Eu escrevo para a Maria de Todo o Dia.
Eu escrevo para o João Cara de Pão.
Para você, que está com este jornal na mão...
E de súbito descobre que a única novidade é a poesia,
O resto não passa de crônica policial — social —
política.
E os jornais sempre proclamam que "a situação é
crítica!"
Mas eu escrevo é para o João e a Maria,
Que quase sempre estão em situação crítica!
E por isso as minhas palavras são quotidianas como o
pão nosso de cada dia.
E a minha poesia é natural e simples como a água
bebida na concha da mão.

(**Dedicatória.** Mário Quintana. *In A cor do invisível*,
1989)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e não havia de ser diferente, eu agradeço aos meus pais e ao meu irmão, que estão e estiveram comigo em todos os momentos possíveis e impossíveis; quanto a isso nunca poderei agradecer-lhes como de fato merecem, mas desejo que saibam sobre o meu imenso amor, carinho e respeito. Sou muito grata por ter vocês em minha vida.

As minhas companheiras de uma vida inteira, Yanny, Louise, Amanda, Renata e Luana, que foram essenciais na minha formação enquanto ser humano e compartilharam comigo difíceis processos de amadurecimento com compreensão, afeto e solidariedade. Continuemos a construir lindas caminhadas.

A Flávia, Kadu e Renata, que me proporcionaram a experiência, o afago e o prazer de um encontro de consciências e ideais. A vocês atribuo e agradeço pela utopia.

A Sthephanie e Juliana, que partilham comigo sorrisos, lágrimas e aprendizados. Vocês terão sempre a minha mais terna amizade. Floresceremos!

A minha orientadora, Fátima, agradeço pela paciência, pelos valiosos ensinamentos e pela cumplicidade. Com você compartilhei o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho e sua confiança

em mim, muitas vezes maior do a minha própria, foi fundamental para esse escrito. Muito obrigada!

A professora Marilene Coelho, que estando no corpo docente da ESS-UFRJ, pode transbordar seu conhecimento e sua paixão pela atividade de ensinar contribuindo para a transformação de tantas alunas e alunos, como eu. Você fez eu me descobrir e me apaixonar pelos fundamentos do Serviço Social, sou permanente grata por isso.

A amiga Patrícia, que dividiu as angústias e as felicidades de toda a graduação. A sinceridade dessa parceria, perto ou longe, me faz acreditar que ainda compartilharemos muitos momentos juntas.

Aos meus queridos companheiros *petianos* da UniRio, em especial a minha professora e amiga, Andrea Lopes, que me iniciaram com toda a paciência, afeto e coragem na dimensão investigativa das ciências humanas e sociais, sobre a dimensão política e ideológica da educação e, junto a isso, me ensinaram que existe respeito e amizade dentro dos duros muros da universidade. Sou grata a vocês por terem me mostrado que nada sei e muito sei, sendo esse o processo dialético fundamental para a construção do conhecimento sobre a realidade.

A maravilhosa equipe do SGT/ICTB/Fiocruz que me acolheu e compreendeu meus momentos de aflição e cansaço. Formamos um ambiente de carinho, igualdade e respeito na diversidade. Agradeço por terem me deixado aprender e ensinar. Obrigada pela amizade de vocês e pelos sorrisos frouxos de toda manhã.

Agradeço as queridas Andréa Teixeira, Gláucia Lelis, Leile

Teixeira e Luci Alves, mulheres fortes e aguerridas com quem pude aprender ensinamentos preciosos sobre a profissão, sobre a realidade e sobre ternura. Vocês me ajudaram a suavizar o árduo caminho traçado durante os últimos semestres da graduação.

E, por fim, mas tão importante quanto, agradeço aos movimentos estudantis e populares pelas lutas predecessoras em busca de garantia da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada; pelas lutas travadas por assistência estudantil e autonomia. Esses me deram possibilidade de aprender que qualquer mudança revolucionária contrária a qualquer tipo de dominação só poderá ocorrer com a prática política de sujeitos revolucionários, fortalecendo minha convicção nos princípios de liberdade, justiça social, horizontalidade e autogestão.

“Sou um amante fanático da liberdade, considerando-a como o único espaço onde podem crescer e desenvolver-se a inteligência, a dignidade e a felicidade dos homens; não esta liberdade formal, outorgada e regulamentada pelo Estado, mentira eterna que, em realidade, representa apenas privilégio de alguns, apoiada na escravidão de todos (...). Entendo essa liberdade de cada um que, longe de parar como diante de um marco, diante da liberdade de outrem, encontra aí sua confirmação e sua extensão ao infinito; a liberdade ilimitada de cada um pela liberdade de todos; (...) a liberdade que, depois de ter derrubado todos os ídolos celestes e terrestres, fundará e organizará um mundo novo, o da humanidade solidária, sobre as ruínas de todas as Igrejas e de todos os Estados.”

Michael Bakunin

RESUMO

SOARES, Thaís Lisboa. A INFLUÊNCIA DO NEOTOMISMO NO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO. 2017. 72 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [S.n.], 2017.

O presente escrito tem por objetivo ser uma investigação preliminar das origens do Serviço Social brasileiro evidenciando a relação deste com a doutrina social da Igreja Católica. Orientado pela interpretação histórico-crítica da realidade o escrito vislumbra conhecer alguns elementos da formação econômica e social brasileira para refletir sobre como esse processo influenciou na emergência da profissão e na redefinição do papel do Estado frente a “questão social”. A partir da análise da relação entre Estado e Igreja, buscamos identificar o papel ideológico assumido pela religião na disseminação de valores na formação dos primeiros assistentes sociais e apontar as reverberações dessa doutrinação da Igreja Católica na realidade profissional da época. Buscamos também realizar uma interlocução com a realidade atual a partir dos desafios no interior da categoria, visto o movimento dialético que reatualiza o conservadorismo no tempo presente.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 - Um esboço para pensar as relações entre Estado e Igreja no Brasil	
1.1 Particularidades da formação sócio-histórica brasileira.....	18
1.2 Ascensão de Getúlio e o início da Era Vargas.....	27
1.3 Da relação entre Estado e Igreja.....	35
Capítulo 2 - A influência do Neotomismo no Serviço Social	
2.1 Emergência do Serviço Social no Brasil.....	44
2.2 As primeiras instituições de ensino do Serviço Social e a compreensão da pessoa humana: a influência neotomista.....	50
Considerações Finais	62
Bibliografia	66

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa fundamental da dimensão coletiva inerente a construção de um Trabalho de Conclusão de Curso, não faria sentido afirmar que tal é de única e exclusiva reflexão minha, ao contrário, ele é atravessado pela percepção de muitos sujeitos que contribuíram e ainda contribuem no meu processo de formação, seja pelo contato presencial ou por suas obras de valor inestimável deixadas como legado do gênero humano.

Este escrito se propõe, portanto, através de revisão bibliográfica e produto de pesquisa, a ser um esboço reflexivo voltado para a compreensão de alguns elementos da origem da profissão de Serviço Social ao tentar capturar, parafraseando Iamamoto e Carvalho (2013, p. 77),

o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.

Ainda segundo os referidos autores, (idem, p. 78), “cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção [...]” Se trata também das relações de produção na sua totalidade, de determinado modo de vida, da

reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. (idem, ibidem).

Dentro do sistema de produção e reprodução da vida capitalista, essa reprodução da totalidade do processo social expressa a luta entre classes. Estas classes sociais antagônicas, trabalhadora e burguesa, lutam pelo poder, pela hegemonia dentro do conjunto da sociedade, pelo modo de viver e de trabalhar.

Quanto ao *modo de produção* (capitalista) este conceito designa em Marx o resultado global das relações de antagonismo: “salário/capital”, “proletário/burguesia”. Estas relações sociais não entram na prática da sociedade, e da sociedade burguesa, a não ser através de *formas* que as sustentam e as mascaram; por exemplo, a *forma contratual*. [...] Este resultado global compreende, portanto, as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade codificadas - as ideologias que ‘exprimem’ também, dissimilando-as, as relações de antagonismo -, as instituições políticas e ‘culturais’, a ciência etc. (Lefebvre, 1977, p. 220 *apud* Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 79)

Portanto, nos esforçaremos aqui para apreender a emergência do Serviço Social no Brasil inserido no processo social, nas relações de produção e reprodução da vida cotidiana. Essa emergência nasceu orientada hegemonicamente¹ pela Doutrina Social da Igreja que buscava aporte teórico na reatualização da filosofia de São Tomás de Aquino.

Segundo Bonfim (2012, p. 60), a Igreja Católica tentou estabelecer um “nexo

¹ Veremos a seguir algumas explicações de Gramsci e Coutinho sobre o significado de hegemonia e ideologia. Entretanto vale salientar um conceito gramsciano que muitas vezes passa despercebido pelos marxistas “clássicos”, mas no subsidia de elementos para pensar a própria profissão: a *hegemonia da pequena política*. “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicas-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política [...]. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (Gramsci, 1999-2003, p. 21 *apud* Coutinho, 2010 IN Oliveira; Braga; Rizek, 2010, p. 29). A hegemonia da pequena política, segundo essa concepção gramsciana, nos é cara para pensar na disputa do projeto profissional, que reflete a disputa ampla de projeto societário. No capítulo 2 deste escrito abordaremos essa relação entre projeto profissional e projeto societário.

moral” capaz de manter ligados os indivíduos de uma sociedade formando um consenso social.

Não podemos desconsiderar a presença desta desde o início da colonização no Brasil e seu protagonismo na constituição da moralidade brasileira. Chegaram, juntamente com o primeiro governador geral (1549), os primeiros jesuítas e tinham como principal objetivo catequizar os índios, transformando-os em “bons cristãos”. (Bonfim, idem, ibidem)

Segundo Guedes (2001), o retorno aos antigos modelos associativos das corporações medievais, identificados como formas de preservar o princípio natural da vida associativa necessária para alcançar o bem comum era o norteador da Doutrina Social da Igreja. Guedes (2001), ao se remeter a Ferreira (1939, p. 6), explicita o pensamento que esteve presente no início da profissão de Serviço Social e foi compartilhado pelas assistentes sociais pioneiras que partilhavam das críticas à sociedade moderna e voltavam-se a modelos de produção ultrapassados historicamente. “a Revolução Francesa, um das fontes de inspiração para a sociedade moderna, foi o ‘último golpe nos resquícios da sociedade medieval’, porque aboliu sem ‘substituir por coisa alguma as corporações’ [...] ‘Indivíduo e Liberdade encontram-se frente a frente.’”

Tendo em vista essa “missão católica”, é importante destacarmos a presença da Igreja como instituição ideológica para o controle social possibilitando a disseminação de valores cristão que serviam “a necessidade de obediência a Deus e ao Estado” (Bonfim, idem, ibidem).

Para melhor compreensão do que significa esse papel ideológico da Igreja através da disseminação de valores orientada por determinada concepção de

mundo, iremos nos referir aqui à elaboração teórica de Antonio Gramsci (2002) sobre hegemonia e consenso.

Segundo Gramsci (2002), a hegemonia é obtida e consolidada através de lutas sociais e políticas nos campos da economia e da cultura, sendo o saber e as representações expressões dessa hegemonia que procura legitimar-se e universalizar-se. Por tal motivo a hegemonia é garantida não somente pela via da coerção imposta pelos aparelhos repressivos do Estado, ela é uma disputa pelo consentimento em torno de normas morais e valores sociais, a conquista cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco sobre as demais.

Essa hegemonia, segundo Gramsci (2002), é produzida visando conduzir a classe dominada ao consenso necessário e correspondente às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas sendo, portanto, o objetivo final dar continuidade ao modo de produção capitalista e aos interesses da classe dominante.

Neste sentido, a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes: mas, na realidade, no fim predomina uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 1980, p. 145)

Tendo em vista o exposto referente ao pensamento gramsciano, os organismos privados da sociedade civil – como as escolas, os tribunais, as igrejas, os meios de comunicação etc. – são fundamentais na elaboração e na difusão de determinada ideologia, sendo espaços privilegiados dentro da luta de classes. Portanto, a classe que detém a hegemonia econômica, detém também, e através dela, a ideologia hegemônica.

A formulação sobre hegemonia de Gramsci (2002) nos ajuda a compreender o significado de consenso e ideologia dentro da sociedade e dentro da própria profissão. Como vimos anteriormente, a Doutrina Social da Igreja, representada pela reatualização da filosofia de São Tomás de Aquino, era hegemônica no começo da profissão expressando, portanto, a ideologia da Igreja Católica e de determinado grupo ou classe dominante.

Sendo assim, a profissão compreendida como “historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”, Iamamoto e Carvalho (2013, p. 77), surgiu com um objetivo determinado, intervir na contradição de classes sociais, contribuir na formação de consenso social e manutenção da ideologia hegemônica da classe burguesa. Entretanto, sem desconsiderar o caráter histórico dialético da realidade, a profissão é polarizada pelos interesses das classes antagônicas, atendendo ora as demandas do capital ora os interesses do trabalhador, participando

tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora [...] reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 81).

A Doutrina Social da Igreja assume importante posição no início da profissão, subsidiando teórica e culturalmente a atuação dos primeiros assistentes sociais frente às expressões da “questão social” na sociedade brasileira onde o capitalismo estava se desenvolvendo.

Segundo Guedes (2016, p. 28), a Igreja Católica assumiu como estratégia de

defesa frente às mudanças do mundo moderno - a política moderna e a ciência moderna - a ação dos católicos sobre a sociedade, propostas na Encíclica Rerum Novarum (Leão XIII, 1891) e na reatualização desta pela Encíclica Quadragesimo Anno (Pio XI, 1931), o que nos leva a refletir sobre a funcionalidade da influência dessa Doutrina na emergência do Serviço Social e na formação profissional.

Ainda considerando a análise de Guedes (2001), a idealização do modelo medieval estava presente nas primeiras assistentes sociais que criticavam os valores morais e as diretrizes políticas e econômicas nascidas no mundo moderno, pois essas guardavam com preciosismo os valores morais da Doutrina Social da Igreja, como podemos observar nas críticas salientadas por Mancini (Mancini, 1940, p. 7 apud Guedes 2001) “a sociedade moderna padece de graves deficiências [...] A crise de que sofre o mundo moderno [...] é uma crise da vida espiritual [...]”. O homem moderno, continua Mancini, encontra-se mutilado, porque se distanciou de Deus e se dispôs às incertezas da sociedade política. (Guedes 2001)

O neotomismo, filosofia integrante do arranjo teórico doutrinário, resgatado após a Carta Encíclica AeterNi Patris (Leão XIII, 1879), teve importante papel nesse particular tempo histórico para mediar as relações entre classes, pois postulava, dentre outros aspectos, pela existência de direitos naturais como a propriedade e o bem comum (Guedes, 2016).

Este Trabalho de Conclusão está disposto em dois capítulos e finalizado com Considerações Finais. No capítulo 1, *Um esboço para pensar as relações entre Estado e Igreja no Brasil*, apresentamos brevemente um panorama sobre a formação sócio-histórica brasileira e a relação entre Estado e Igreja através da disseminação de valores cristãos como estratégia de conciliação de classes

antagônicas e legitimação de sistemas de produção e reprodução da vida cotidiana.

No capítulo 2, *A influência do neotomismo no Serviço Social*, buscamos elucidar sobre a influência da Doutrina Social da Igreja no Serviço Social através da concepção moralizadora da “questão social” e suas expressões. O objetivo deste capítulo é mostrar como alguns conceitos da referida filosofia incidiram na orientação profissional das assistentes sociais pioneiras.

Nas *Considerações Finais* do presente Trabalho apresentamos alguns aspectos da Doutrina Social da igreja presente no *Código de Ética Profissional* de 1947, o primeiro da profissão, aprovado em assembleia da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) no Brasil, demarcando as perspectivas ideológicas e políticas pretendidas através da ação profissional circunscrita nas particularidades da época. Apontamos ainda reflexões futuras que poderão ser desenvolvidas sobre os fundamentos da profissão.

A partir de uma leitura crítica e dialética, o estudo sobre os fundamentos do Serviço Social são de suma importância para a compreensão das origens da profissão, sua inserção nas contradições da sociedade capitalista e o entendimento sobre a atuação profissional circunscrita em determinado período histórico.

Este Trabalho foi de suma relevância para minha reflexão sobre as origens da profissão, propiciando um entendimento mais completo em relação ao contexto ideo-político que incidiu sobre as primeiras assistentes sociais e consolidando em mim a necessidade de rompimento da atuação profissional com o tradicionalismo ético, ainda que este insista em se reatualizar e se fazer presente no cotidiano profissional da categoria.

CAPÍTULO 1

UM ESBOÇO PARA PENSAR AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E IGREJA NO BRASIL

Neste capítulo, buscamos analisar brevemente, em uma perspectiva histórico-crítica, a formação econômica e social do Brasil e as transformações sociopolíticas ocorridas no país na Era Vargas, evidenciando o papel da Igreja Católica nesse processo. A partir dessa análise foi possível constatar o papel exercido pela referida Igreja em momentos cruciais da história do Brasil, influenciando ideológica e politicamente o contexto nacional a partir da disseminação de valores cristãos, representando os interesses de Deus e dos burgueses.

1.1 Particularidades da formação sócio-histórica brasileira

Como um produto da história, o surgimento do Serviço Social brasileiro está intrinsecamente ligado à formação econômica e social do país, o que nos obriga a debruçar sobre a realidade e sua dinâmica histórica para buscar uma reflexão mais aprofundada sobre as relações sociais capitalistas no Brasil.

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais de que se reveste, é um processo eminentemente social e gerador de classes sociais antagônicas, segundo abordam Yamamoto e

Carvalho (idem). Sendo eminentemente social é essencialmente histórica:

[...] as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, alteram-se transformando-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular [...] O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa. (Marx *apud* Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 36)

Portanto, tais autores discorrem, o processo capitalista de produção expressa “uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção.” (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 36).

Ainda sobre o processo de reprodução, Iamamoto e Carvalho (2013, p. 79) referenciam Marx e Engels afirmando: “Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida.”

A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas, e em última instância entre classes sociais, embora estas relações estejam sempre ligadas a coisas e apareçam como coisas. (F. Engels. *apud* K. Marx e F. Engels *apud* Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 36-37)

Portanto, a lei geral de acumulação capitalista baseia-se na acumulação da riqueza socialmente produzida e privadamente monopolizada pela classe burguesa em detrimento da classe trabalhadora.

O capital é o modo de produção e reprodução material, de ideias e de

representações, que se mostra hegemônico nos últimos séculos na maior parte do mundo, reproduzindo tais relações em dimensões globais. Portanto, seus fundamentos e processos envolvem e incidem sobre o maior número de países, ainda que garantindo as particularidades regionais destes. A necessidade de tornar-se hegemônico mundialmente faz com que o capitalismo se expanda sobre todas as nações de forma imperialista, como no caso brasileiro.

É com objetivo de compreender a reprodução das relações dentro da formação sócio-histórica brasileira, suas particularidades e suas reverberações na origem do Serviço Social que destina-se parte deste escrito. Os processos que inscrevem o Brasil na órbita econômica capitalista mundial deitam raízes nas particularidades observadas pelo pensamento social crítico brasileiro, como Caio Prado Jr. (1972, 1983, 1996), Florestan Fernandes (1975) e Octavio Ianni (1987, 1989, 1996), dentre outros. Neste Trabalho nos debruçaremos sobre as análises de Fernandes (1975) e Ianni (1987, 1989, 1996).

Com uma análise sobre o início do século XX, Florestan Fernandes (1975) reflete sobre o contraditório desenvolvimento econômico, social, político brasileiro, além de apontar algumas particularidades do capitalismo que se constitui no Brasil a partir da concepção de desenvolvimento desigual, segundo Castelo (2012).²

² Florestan Fernandes (1975) discorre sobre a constituição do Estado Nacional e como este representou o início do processo de supressão do tradicionalismo ao mesmo tempo que conciliava o modelo arcaico com as transformações da emergência do capital e do Estado Moderno. Segundo o autor, os senhores rurais aburguesaram-se com o processo de urbanização brasileiro, se adaptaram a nova ordem competitiva ao mesmo tempo que influenciavam nos moldes na política econômica para benefício das antigas oligarquias, como por exemplo pode-se observar na política de protecionismo do café que perdurou até o século XX. A coexistência. A coexistência da ordem social anterior com a então emergente ordem social competitiva, fez com que os pilares do capital fossem associados como privilégios estamentais, potencializando a concentração de riqueza, poder e propriedade e tolhendo um mínimo de “redistribuição de renda” e de poder para uma Revolução Burguesa realmente nacional. Portanto, o conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais não se realizaram inteiramente autônomas dos valores arcaico, sustando a classe burguesa brasileira do compromisso com a industrialização e com os valores liberais. Sendo assim, o processo tardio de industrialização foi

Para Castelo (2012, p.5), Fernandes “entende o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contraditórias e assimétricas entre si - as nações exploradas e as exploradoras.” Essas partes estão imbricadas em processos de dominação política, cultural e econômica, estabelecendo hierarquias entre nações imperialistas e dominadoras e nações exploradas e dominadas.

A partir da análise de Fernandes, o Brasil nasce de uma expansão desigual e combinada³, tendo sua formação enquanto nação - organização social, política, econômica e cultural - marcada pelo domínio econômico-social estrangeiro que objetiva atender interesses externos.

Fernandes elabora em um de seus livros, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1975)*, as fases de dominação externa que a América Latina atravessou durante sua formação sócio-histórica. Aqui nos limitaremos ao que o autor nomeia de “era do capitalismo dependente da América Latina”, compreendida entre a primeira década do século XX até o pós 2ª Guerra Mundial.

Para Florestan Fernandes a dominação externa neste período elevou-se a patamares nunca vistos anteriormente, fazendo surgir um novo modelo de dominação na realidade histórica da América Latina, o capitalismo dependente.

A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particulares das camadas privilegiadas, em todas as situações, poderiam ser tratados facilmente como “os interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para

realizado sem o rompimento com a condição de dependência e de dominação externa, imperialista.

³ Florestan Fernandes se apropria da elaboração teórica sobre a realidade produzida por León Trotsky (1922), na obra *A Revolução de 1905*. Trotsky, revolucionário marxista russo, formula a lei do desenvolvimento desigual e combinado compreendendo a existência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Fernandes (1975) utiliza desse referencial para analisar o processo de formação sócio-histórica latino americana.

as piores manipulações do exterior. (Fernandes, 1975, p 12).

A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produz três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes épocas históricas, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão da economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema [...]. O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna. (Fernandes, 1975, p. 20).

O autor ainda afirma que outros modos de organização social eram possíveis, mas as classes dominantes optaram pela manutenção do *status quo* econômico, político e cultural, não rompendo com o “estatuto colonial”. Portanto, a própria condição das nações de capitalismo dependente expressa a luta de classes nas sociedades latino americanas e a articulação estrutural de setores hegemônicos economicamente e culturalmente para a perpetuação de seus privilégios.

Após séculos de colonização e usurpação de riquezas, impactos colossais puderam ser observados nas dimensões econômica, social, política e geográfica no final do século XIX e início do XX. Do servilismo forçado de grande parcela da

população, como discorre Prado Jr. (1972), aos impactos econômicos, políticos e culturais, em dimensões que ultrapassavam as fronteiras brasileiras e podiam ser vistas em toda América Latina, como se baseia a análise de Fernandes. O desenvolvimento do Brasil está vinculado intrinsecamente à emergência do capital mercantil e à criação de um mercado mundial (Coutinho *apud* Bonfim, 2012, p. 56).

Como podemos observar Florestan Fernandes apresenta um extenso debate sobre a economia e a formação sócio-histórica brasileira. Além desse grande autor que absorveu a dialética marxista para formular interpretações sobre a constituição das estruturas econômicas dos processos de produção e relações sociais, consideraremos, ainda, Octavio Ianni e suas reflexões sobre a compreensão da formação econômica e social do país, em especial sobre a emergência da “questão social” no território, suas reverberações políticas e o trato destinado pelo Estado Novo a tais expressões de antagonismo de classes.

Segundo Ianni (1996), também orientado pelo método de compreensão da realidade utilizada por Marx, a história se modifica a partir das alterações das forças que predominam, sejam internas e externas, se articulando e orientando o sistema econômico. Essas forças são parte da realidade dialética, ou seja, ao mesmo tempo que são a própria luta de classes, também a influenciam, criando e recriando mudanças, rupturas e expansões, refletindo na formação de uma sociedade.

Para o referido autor, destaca-se entre os acontecimentos importantes à explicação da sociedade brasileira, o intercâmbio econômico com a Inglaterra, a organização escravocrata do trabalho produtivo e a economia da República Velha baseada na extração e exportação de produtos primários, como café, açúcar, cacau, couro e madeiras, que sustentavam a manutenção da administração pública, a

criação de novos serviços e o estímulo à iniciativa privada. Em outras palavras, a sociedade brasileira estava apoiada numa economia produtora voltada para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado (IANNI,1987), contrariando, de certa forma, a própria necessidade da produção capitalista de mercadorias que exige para tal o trabalho livre.

Com o fim do escravismo, afirma Ianni em seu escrito *A questão social* (1989), as contradições do desenvolvimento econômico se consolidaram em detrimento da “questão social”, que se agudizou⁴.

Muitos migrantes que vieram para o Brasil tinham tendências anarquistas e socialistas e isso vai ter um impacto direto nos primeiros movimentos operários brasileiros.

Com a Abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho, nesta altura da história coloca-se a questão social. As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudanças, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressivas, a violência do poder estatal e privado, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade de negociação. E o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como possibilidade de revolução. (IANNI, 1989, p.2).

Com relação ao tema da “questão social”, Netto (2001) discorre sobre o surgimento da expressão “questão social”. De acordo com a argumentação do mesmo, essa surge para dar conta do pauperismo decorrente do capital industrial-concorrencial que desdobrou-se em tensões sociopolíticas desde a

⁴ O referido autor, perpassando pelo polêmico tema da “questão social” durante o regime de trabalho escravo, reconhece que ali estava presente uma questão social exposta de modo transparente, onde o escravo era expropriado não só no produto de seu trabalho, mas de si mesmo.

primeira metade do século XIX na Europa, apontando para perspectiva de declínio da ordem burguesa, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 153).

O segundo ponto abordado por Netto (2001) refere-se a apropriação do pensamento conservador sobre a expressão “questão social” após a revolução de 1848, quando a burguesia abandona seu posicionamento progressista e assume um viés conservador, tentando naturalizar a “questão social” sem associá-la aos fundamentos econômicos e políticos da ordem burguesa e principalmente suas contradições. A “questão social”, portanto, passa a ser percebida, hegemonicamente, como uma questão ineliminável de toda e qualquer ordem social, sem nada ter a ver com o modelo econômico de produção e reprodução da vida material e as relações sociais.

Em seguida, no terceiro ponto, o autor afirma que a compreensão do real significado da “questão social” só é possível se considerarmos a lei geral da acumulação capitalista como sua propulsora. Isto é, ao modo como a ordem burguesa para acumular e valorizar capital desenvolve processos como a concentração e centralização de capital, e sobretudo, substitui exponencialmente trabalho vivo por trabalho morto, gerando uma superpopulação relativa sem precedentes na história. A existência desta superpopulação relativa e de suas particulares formas de expressão está na base da contradição - o crescimento da riqueza é proporcional a expansão da pobreza. O desemprego e a questão social estão intimamente ligados a esta contradição. Portanto, segundo o autor, a “questão social” é intrínseca a ordem do capital e só se findará se as condições do sistema capitalista também deixarem de existir, ou seja, com o fim de tal modo de produção

e reprodução.

Localizando a “questão social” como objeto passível de interpretações no começo do século passado, como um produto e condição da sociedade capitalista, lamamoto e Carvalho (2013, p. 83) discorrem:

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Segundo Guedes (2001), a Doutrina católica, sobretudo a explicitada e inspirada no resgate da filosofia neotomista concebiam a “questão social” como uma questão moral, entendendo essa “questão social” advinda do desajuste de classes sociais que deveriam ser harmônicas como expressão da inversão de valores e desordens sociais contrárias à perspectiva cristã e instauradas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial.

Atribuía a causa desta questão aos tempos modernos [...] Entendiam que esta questão, além de moral, era também universal, porque se caracteriza por um ruptura de vínculos em todas as instâncias: Estado e política, economia e produção, família e educação, cidade e campo, nas artes e nos pequenos grupos. Mas, sobretudo, porque atrás de todas estas instâncias está sempre “a mesma pessoa humana que erra e que sofre, que explora e que é esquecida e por isso aviltada. Em toda parte, é a pessoa humana inferiorizada em relação aos valores materiais. (Guedes, 2001)

Portanto, segundo a concepção de homem de inspiração neotomista, é uma questão moral porque é “questão humana, é uma questão de consciência

“(FERREIRA, T.P, Revista de Serviço Social, Ano I, p.1 *apud* Guedes, 2001).

Falar de “questão social” é também iniciar uma análise sobre o papel fundamental que o Estado, da primeira metade do século XX, cumpriu nessa nova etapa da dependência brasileira.

Para abordarmos as diferentes configurações do Estado brasileiro na primeira metade do século XX e sua relação com a questão social, devemos compreender os processos políticos do período e, em especial, a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao cargo político mais alto do país.

1.2 Ascensão de Getúlio e o início da Era Vargas

Nas primeiras duas décadas do século XX a realidade social, política, econômica e cultural brasileira revela dimensões da complexidade crescente do embate entre forças sociais. O predomínio das burguesias paulista e mineira no bloco de poder formado com a República Velha explicitavam as desigualdades regionais brasileiras; as lutas sociais de base agrária germinavam pelo interior do país; as greves eclodiram tanto na cafeicultura como nos centros urbanos com os trabalhadores assalariados; as consequências políticas e econômicas da Primeira Guerra Mundial repercutiram na economia primária exportadora de café; havia emergência de movimentos sociais, partidos políticos e setores rurais e urbanos que reivindicavam conquistas sociais diversas.

O Estado se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Tinha de garantir uma certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos, atrair investimentos

estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa. (Fausto, 1995, p 273)

A cafeicultura foi o eixo da economia da República Velha até o fim do período, afirma Fausto (1995), formando uma classe burguesa articulada econômica e politicamente, em especial através do Partido Republicano Progressistas (PRP) e dos diversos presidentes que representavam os interesses desse setor.

Começava a se estabelecer, com grande dificuldade, parques industriais no território brasileiro. O crescimento industrial paulista, o segundo mais significativo do país ficando atrás apenas do Rio de Janeiro⁵, originou-se de duas fontes, segundo o autor: do setor cafeeiro e dos imigrantes. A burguesia do café tornara-se investidora de várias atividades, industriais, de infraestrutura e de bens de consumo. Os imigrantes estavam presentes como operários e técnicos especializados, mas também como financiadores e donos de diversas indústrias.⁶

Nos últimos anos da década de 20 uma grave crise atingiu a indústria têxtil e os efeitos desse fato puderam ser sentidos na década seguinte, como veremos mais à frente.

A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. [...] Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega [...] Por outro lado [...] queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia. Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

⁵ Segundo Fausto, São Paulo superou a produção industrial do Rio de Janeiro “em algum momento entre 1920 e 1938.” (1995, p. 288).

⁶ Pode-se iniciar os estudos sobre a relação entre migração e “questão social” através da obra escrita por Juliana Puga (2016), *Migração e Serviço Social: entre o conservadorismo e a consolidação dos direitos democráticos*.

(Fausto, 1995, p. 289)

Diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro que se desenvolveram voltando-se para a atividade de exportação, o Rio Grande do Sul, despontava como uma região de grande diversidade da atividade econômica nacional voltada para o mercado interno brasileiro; no setor agrícola, com a produção de arroz, milho, feijão e fumo; no setor industrial com a produção têxtil e de bebidas.

Vale salientar também o desenvolvimento da região Amazônica, que ganhou grande impulso no final do século XIX e início do século XX, com a extração e exportação de borracha, produto esse que “ocupou folgadoamente o segundo lugar entre os produtos brasileiros de exportação, alcançando o ponto máximo entre 1889 e 1910.” (Fausto, 1995, p. 291)

Na Primeira Guerra Mundial, o Estados Unidos passou a ser o principal parceiro econômico do Brasil, superando a Grã-Bretanha. Sobre as relações financeiras internacionais, “em 1928, o Brasil era o país com maior dívida externa da América Latina, com 44,2% do total [...] Calcula-se que em 1923 o serviço da dívida consumia 22% da receita da exportação.” (Fausto, 1995, p. 293). Nesse período os Estados Unidos da América tornou-se o maior consumidor de café do mundo, o principal produto de exportação brasileiro.

Fausto (1995) inicia um panorama abrangente sobre os movimentos sociais. Em uma sociedade onde a “questão social” se encontrava em esgarçamento, conforme vimos anteriormente, é importante ressaltar a divisão que o autor faz ao levar em consideração os movimentos sociais do campo: “1. os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2. os que combinaram conteúdo religioso

com reivindicação social; 3. os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.” (1995, p.295)

Sobre os movimentos sociais urbanos o autor analisa duas realidades: Os movimentos sociais da capital da República estavam localizados nos partidos operários, tendendo estes, a buscarem o alcance de reivindicações imediatas, como melhores salários, redução da carga horária e o reconhecimento dos próprios sindicatos pelos patrões e pelo Estado, não vislumbrando uma transformação radical da sociedade; em São Paulo, afirma o autor (1995, p.297), a linha predominante do movimento operário foi o anarquismo, na vertente do anarco-sindicalismo, que objetivava a derrubada da burguesia do poder, a transformação radical da sociedade e a implantação do socialismo.

Mesmo com a distância dos programas destes movimentos sociais a realidade social brasileira levou os dois grupos a concentrar esforços em reivindicações imediatas e, mesmo assim, as tendências ainda guerreavam entre si, fragilizando o movimento operário nacional.⁷

Considerando os fatos apresentados, não é surpresa afirmar que na década de 1920 a política da República Velha estava fragilizada, as oligarquias estavam desgastadas pelas sucessões presidenciais do eixo São Paulo-Minas e tal panorama propiciou a emergência de um movimento contestador.

Esse movimento de oposição objetivava mais tomar o poder do que promover mudanças radicais, a exemplo disso lançou Nilo Peçanha, presidente da República no ano de 1909, como candidato pelo Rio Grande do Sul. O Estado do Rio de

⁷ Mais informações sobre a análise dos movimentos sociais urbanos do início do século XX podem ser encontradas entre as páginas 297 e 305 da obra “História do Brasil”, Fausto (1995).

Janeiro e outras oligarquias sulistas e nortistas apoiaram tal candidatura formando a Reação Republicana, que expressava a insatisfação com as medidas econômicas e políticas tomadas pelos presidentes de São Paulo e Minas Gerais.

“Foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar”, afirma Fausto (1995, p.306). O candidato do eixo São Paulo-Minas, Artur Bernardes⁸, tinha os militares como seus principais opositores, o que se agravou quando mandou fechar o Clube Militar em 1922 e prender o ex-presidente da República, militar, Hermes da Fonseca⁹.

“Todos esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista, cujas as raízes vão muito além deles.” (Fausto, 1995, p. 307). Tendo militares de nível intermediário a frente do movimento, tenentes e capitães, o tenentismo foi responsável por revoltas militares nos anos de 1922¹⁰ e 1924¹¹, mas não mobilizou a

⁸ Artur Bernardes, mineiro, foi presidente do Brasil entre os anos de 1922 e 1926. Durante as eleições de 1922 cartas falsas lhe foram atribuídas e publicadas em jornais da época, onde continham injúrias sobre o Exército e o ex-presidente Hermes da Fonseca.

⁹ Hermes da Fonseca, natural do Rio Grande do Sul e sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente da República Velha, também seguiu a carreira militar e política. Foi nomeado ao cargo de Ministro da Guerra pelo presidente Afonso Pena e em 1910 eleito Presidente da República.

¹⁰ Em 1922 foi o primeiro ato rebelde do movimento, a revolta do Forte de Copacabana. Na ocasião os tenentes e capitães do Forte tomaram o controle do mesmo e lançaram tiros de canhão contra as forças governamentais. Após serem bombardeados, centenas se entregaram e dezessete militares permaneceram resistindo as investidas aéreas e marítimas. Esses dezessete saíram em marcha em direção as forças armadas que se encontravam na Av. Atlântica, e com a adesão de um civil, a marcha ficou conhecida na história brasileira como Os Dezoito do Forte.

¹¹ Em 1924 o movimento de revolta foi o “Segundo 5 de Julho”, em São Paulo. Os tenentes e capitães tomaram vários fortes da cidade e reivindicavam a saída de Artur Bernardes da presidência do país. Do dia 5 ao dia 27 de julho, a cidade de São Paulo encontrava-se em verdadeira guerra civil. No último dia, os “tenentes” abandonaram a cidade e deslocaram-se para o interior do estado paulista, onde também estavam acontecendo fortes revoltas tenentistas, que ficaram conhecidas como “coluna paulista”, “que se fixou no oeste do Paraná [...] próximo a foz do Iguaçu. [...] à espera de uma outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul.” (Fausto, 1995, p. 309). Depois da junção dessas, eles resolveram percorrer o Brasil propagando a ideia de levante da população contra as oligarquias. Assim nasceu a coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, conhecida como Coluna Prestes (nome do militar sulista com maior expressão que compunha o

alta cúpula das Forças Armadas.

Os tenentistas, nos anos 20, afirma Fausto, (1995, p. 314) não tinham uma proposta explícita de reformulação política, apenas demonstravam sua insatisfação com o domínio das oligarquias dominantes e a aparente fragmentação do país. Por tal motivo desejavam um poder centralizado e uma política vagamente nacionalista, fazendo críticas às eleições diretas, ao sufrágio universal e desejando uma via autoritária para a condução do Estado e da sociedade.

O Rio Grande do Sul ganhava projeção nacional com uma postura política de conciliação e reforma, enquanto o estado de São Paulo passava por um grande momento de mudanças, com a disputa pela hegemonia ideológica e política, até então monopolizadas pelo PRP, através do surgimento de outra força política de expressão, o Partido Democrático (PD).

No referido estado sulista formou-se a Aliança Libertadora, em 1922, que se converteu em Partido Libertador, em 1928. Em 1927, Getúlio Dornelles Vargas¹², ex-ministro da Fazenda, elegeu-se como governador do estado.

Em 1929, a oligarquia de São Paulo sentiu o cenário político estremecer com mais intensidade. O presidente Washington Luís¹³ insistiu na candidatura de Júlio

movimento). A Coluna marchou até 1927, 24 mil quilômetros, quando se dissolveu e seus membros remanescentes foram para o Paraguai e para a Bolívia se exilar.

¹² Getúlio Vargas, gaúcho de São Borja, é considerado a figura de maior expressão política da história brasileira do século XX. Filho de militante político local pelo PRR, Getúlio ingressou na carreira política tradicional, com o apoio de Borges de Medeiros, foi governador do estado do Rio Grande do Sul em 1928 e em 1930 tomou o poder com a Aliança Liberal, onde “permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe do governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador.” (Fausto. 1995, p. 331) Deposto em 1945, retornou à presidência pelo voto popular em 1950, suicidando-se em 1954, antes do fim de seu mandato.

¹³ Washington Luís, nascido no Rio de Janeiro, foi o último presidente brasileiro representante do acordo entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, através do acordo de interesses conhecido popularmente como a “política do café com leite”. Não completou seu mandato, sendo deposto pela Revolução de 1930 que iniciou o período conhecido como a Era Vargas e o Estado Novo.

Prestes¹⁴, mais um paulista pleiteado ao cargo de presidente da República, o que desagradou os mineiros e fez com que esses estreitassem diálogo com os gaúchos. Dessa nova relação de poder foi produzido um acordo que culminou no nascimento da Aliança Liberal e o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral [...]. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores [...]. **Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil, “uma questão de polícia”, a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência, “como um dos problemas que teriam de ser encarados com serenidade pelos poderes públicos”.** Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e na reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral. (Fausto, 1995, p. 319-320, grifo nosso)

Salientamos aqui o trecho destacado, pois veremos mais à frente, no capítulo 2 deste Trabalho, que Getúlio Vargas e seus companheiros políticos passam a posicionar-se de modo diferente de seus antecessores sobre as expressões da “questão social” e que tal mudança de intervenção conjuntural está intrinsecamente relacionada com a emergência do Serviço Social brasileiro.

A crise mundial que eclodiu em 1929 abalou ainda mais o governo de Washington Luís, que estava sendo pressionado pelos cafeicultores paulistas a conceder novos financiamentos por parte do governo federal e moratória de suas

¹⁴ Júlio Prestes, graduado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou sua carreira política em 1909, elegendo-se deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Reelegeu-se várias vezes como deputado até tornar-se presidente do estado de São Paulo, em 1927. Não concluiu seu mandato como presidente do estado, pois candidatou-se a presidente da República em 1929. Foi o último presidente do Brasil eleito durante a o período conhecido como República Velha, mas não chegou a assumir o cargo impedido pela Revolução de 1930.

dívidas, medidas essas recusadas pelo presidente da República.

Apesar de todas as oposições e desconfianças acumuladas, o PRP venceu as eleições e Júlio Prestes assumiu como presidente em 1 de março de 1930. Entretanto, mesmo divulgando um discurso de cooperação, a Aliança Liberal estava dividida e a oposição mais radical se preparava para assumir o poder através de um golpe de Estado, evocando a memória do movimento tenentista.

Em 26 de julho do mesmo ano, João Pessoa, ex-governador de Pernambuco e candidato à vice-presidência ao lado de Getúlio Vargas, foi assassinado por João Dantas, inimigo político e pessoal¹⁵, fato esse utilizado pela oposição para conquistar novos adeptos ao movimento e que foi utilizada como justificativa para estourar a Revolução de 1930, em Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e demais estados do nordeste. Nos estados do sul do país o grupo revolucionário composto de militares e civis já estava articulado e rapidamente assumiu o controle dos estados, “Getúlio Vargas deslocou-se de trem a São Paulo e de lá para o Rio, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos.” (Fausto, 1995, p. 325).

Vargas tomou posse na presidência em 3 de novembro de 1930, marcando o fim da Primeira República e o início da Era Vargas, através da usurpação do poder. A disputa se deu dentro da própria burguesia, caracterizando uma *revolução passiva* brasileira¹⁶, categoria essa que Coutinho (1985, p. 35-55) afirma ser imprescindível

¹⁵ Uma breve explicação sobre as motivações pode ser encontrada na obra *História do Brasil*, de Boris Fausto (1995), p. 323 e 324.

¹⁶ “O conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento acerca do fortalecimento do Estado em favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo” (Sousa, 2010, p. 6-7). Segundo Coutinho (1985), o Estado brasileiro teve historicamente o papel de conduzir as transformações e dirigir as próprias classes sociais, tendo mais função de “domínio” do que de “direção” dos processos que propunham a alterar a organização societária.

para entendermos a trajetória da constituição do modelo capitalista brasileiro protagonizado pelo Estado.

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes [...]; o movimento tenentista [...] defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático - porta voz da classe média tradicional, pretendia o controle do governo de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal [...]. (Fausto, 1995, p. 326)

A exigência de alteração política estava posta na realidade brasileira e a ascensão de Getúlio Vargas e o bloco de poder representado por ele vislumbrava o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista. Sousa (2010, p. 6), referenciando Coutinho (1985) e Gramsci (2002) afirma que as “transformações sempre resultam do deslocamento da função hegemônica de uma para a outra fração das classes dominantes”, delegando ao Estado a função de reprimir e controlar a classe trabalhadora. “Essa foi a forma encontrada pela burguesia brasileira para fazer a transição para o capitalismo, o modelo de ‘revolução passiva’.” (Idem, *ibidem*).

1.3 Da relação entre Estado e Igreja

É de fundamental importância retomarmos brevemente a presença marcante da Igreja durante a formação sócio-histórica brasileira, pois essa participou

organicamente do processo de controle e escravização no Brasil, disseminando valores cristãos e dominando através da força culturas indígenas e de matrizes africanas à Deus e aos reis.

[...] os reis de Portugal detinham o direito de criar cargos eclesiásticos, nomear seus titulares, arrecadar o dízimo nos cultos e autorizar a publicação das atas pontifícias. Em contrapartida, os reis de Portugal facilitavam a difusão da religião católica nas novas terras e se responsabilizavam pela construção de igrejas, mosteiros etc., e velavam pela atuação dos agentes religiosos no Brasil Colônia.(Esquível, 2008, p.164 *apud* Emmerick, 2010)

A evangelização católica influenciou fortemente a vida cotidiana dos sujeitos durante o Brasil Colônia e o Brasil Império. Assim, o catolicismo, como discorre Emmerick (2010) ditava o que era ou não aceitável do ponto de vista moral e jurídico, estendendo-se ao espaço político e social.

A ascensão de Vargas em 1930 retoma uma tradição incontestada de proximidade da Igreja Católica com o poder político brasileiro desde as épocas coloniais.

No entanto, vale a pena ratificar que em 1890, os partidos da República e o militar e presidente provisório Deodoro da Fonseca convocaram a formação de uma Assembleia Constituinte com o objetivo de formular e votar a primeira Constituição Republicana do Brasil, substituindo a Constituição Política do Brasil Império, de 1824. Segundo Fausto (1995, p. 249), a nova Carta Magna brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo federativo-presidencialista norte-americano, defendendo a autonomia dos estados (designação dada às antigas províncias), estabelecendo os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário),

fixando o sistema de voto direto e universal¹⁷, garantindo constitucionalmente o direito dos residentes no país à liberdade, propriedade e segurança individual (princípios do liberalismo) e transformando o Estado brasileiro em uma República laica, sem o catolicismo como religião oficial, e com o princípio de liberdade de culto religioso.¹⁸

Entretanto, a Igreja permaneceu ancorada nas tradicionais oligarquias conservadoras e, assim, continuou a ser uma importante instância geradora de valores durante a primeira República, em especial nas zonas rurais.

Em resposta ao contexto político mundial, após a Comuna de Paris, onde se expressou o primeiro governo popular orientado por ideologias socialistas, e após a perda de poder oficial da Igreja Católica devido as reformulações das constituições de diversos países do mundo que laicizaram legalmente o Estado, incluindo países latino americanos, o papa Leão XIII promulgou nova Carta Encíclica, *Immortale Dei* (1885), onde está declarado:

1. [...] Com efeito, onde quer que a Igreja tenha penetrado, imediatamente tem mudado a face das coisas e impregnado os costumes públicos não somente de virtudes até então desconhecidas, mas ainda de uma civilização toda nova. Todos os povos que a têm acolhido se distinguiram pela doçura, pela equidade e pela glória dos empreendimentos. (p. 1)
2. E, todavia, acusação já bem antiga é que a Igreja, dizem, é contrária aos interesses da sociedade civil e incapaz de assegurar as condições de bem-estar e de glória que, com inteira razão e por uma aspiração natural, toda sociedade bem constituída reclama. (p. 1-2)
3. [...] muitos se comproueram(*sic*) em buscar a regra da vida social fora das doutrinas da Igreja Católica. E, mesmo de então por diante, o “direito novo”, como lhe chamam, e que pretende ser o fruto de uma idade adulta

¹⁷ Suprimiu-se o censo econômico para exercer o direito ao voto, entretanto só os cidadãos do sexo masculino, brasileiros e maiores de 21 anos podiam votar, excluindo imigrantes, analfabetos, mendigos, praças militares e mulheres.

¹⁸ “As medidas refletiam a convicção laica dos dirigentes republicanos, a necessidade de aplainar os conflitos entre o Estado e a Igreja e o objetivo de facilitar a integração dos imigrantes.” (Fausto, 1995, p. 251)

e o produto de uma liberdade progressista, começa a prevalecer e a dominar por toda parte. Mas, a despeito de tantos ensaios, é fato que, para constituir e reger o Estado, nunca se achou sistema preferível àquele que é a florescência espontânea da doutrina evangélica. (p. 2)

9. De feito, se estes (os súditos, ou seja, a sociedade civil) estiverem uma vez bem convencidos de que a autoridade dos soberanos vem de Deus, sentir-se-ão obrigados em justiça a acolher docilmente as ordens dos príncipes e a lhes prestar obediência e fidelidade, por um sentimento semelhante à piedade que os filhos tem para com seus pais. “Seja toda alma sujeita aos poderes mais elevados” (Rom 13,1). (p. 3)

60. Numa luta em que os maiores interesses estão em jogo, não se deve deixar lugar algum às dissensões intestinas ou ao espírito de partido; mas, num acordo unânime dos espíritos e dos corações, todos devem perseguir o escopo comum, que é salvar os grandes interesses da religião e da sociedade. [...] Deste modo, obterão os católicos duas vantagens importantíssimas: a de ajudarem a Igreja a conservar e a propagar a doutrina cristã, e a de prestarem o serviço mais assinalado à sociedade, cuja salvação está fortemente comprometida pelas más doutrinas e pelas más paixões. (p. 16)

61. É isso, Veneráveis Irmãos, o que julgamos dever ensinar a todas as nações do orbe católico sobre a constituição cristã dos Estados e os deveres privados dos súditos [...]. (p.16)

Segundo Mendonça, Pereira, Rodrigues e Loss (2011, p. 279), a perda formal de influência da Igreja sobre o Estado fez com que o corpo eclesiástico nacional, que até então ministrava um catolicismo luso-brasileiro, passasse por um intenso processo de romanização, apropriando-se do catolicismo intelectual e racionalista europeu. Esse movimento de retorno a origem do catolicismo ortodoxo vislumbrava reaproximar e cristianizar as elites brasileiras, “para que, por sua vez, cristianizasse o povo, o Estado e a Legislação”, retomando sua oficial influência no novo momento sócio-político do país.

Vale ressaltar que a Igreja Católica, até então única religião cristã em território nacional, começa a perder seu monopólio teológico cristão no início da primeira década do século XX, com a chegada ao Brasil da filosofia pentecostalista. Tal filosofia estava ganhando espaço em importantes nações, como nos Estados Unidos

da América.

Na década de 1920, com a crise do Estado oligárquico-liberal, a Igreja ofereceu recursos para socorrê-lo em troca de alteração da primeira Constituição republicana, todavia, após negativa do Estado, setores da Igreja se aproximaram dos opositores. Com o triunfo da Revolução de 1930, a Igreja Católica ficou mais próxima de reconquistar sua hegemonia nos centros urbanos e em toda sociedade.

Alguns historiadores têm procurado refletir sobre a mutação do catolicismo brasileiro no período considerado. Assim, para Paulo J. Krischke, o nacionalismo é a chave para a compreensão das mudanças da Igreja no período em que ocorre uma revolução nacional-burguesa. Luiz Werneck Viana, por sua vez, ensina que, no vazio de poder provocado pela Revolução de 1930, a Igreja se torna indispensável no processo político. Nesse sentido, para Thomas Bruneau, a Revolução de 1930 é o momento de reintegração da Igreja no Estado brasileiro, Pablo Richard, utilizando conceitos Gramscianos, analisa o projeto de Nova Cristandade veiculado na Ação Católica como opção da Igreja de utilizar a mediação da sociedade política (Estado), com seu aparelho coercitivo, para o exercício de sua hegemonia na sociedade civil. (Mendonça; Pereira; Rodrigues; Loss, 2011, p.290)

O governo provisório precisava se firmar após a Revolução de 1930. A crise mundial de 1929, dentre outras coisas, trazia para o início da nova década desemprego no meio urbano e queda da produção e das exportações no meio rural, agudizando a “questão social”.

A promulgação, em 1930, de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Rainha e Padroeira do Brasil, uma santa mestiça, legítima representação do movimento político das elites brasileiras da época que diziam buscar integração e desenvolvimento nacional, mobilizou grandes massas populares, o que demonstrou a força da Igreja Católica e pressionou o governo de Getúlio Vargas a atender reivindicações da instituição.

A colaboração entre a Igreja e o Estado voltou a se estreitar. Em 1931, foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor do Corcovado, no Rio de Janeiro, e o “Cardeal Leme consagrou a nação ‘ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor’.” (Fausto, 1995, p. 333) na presença de Getúlio Vargas e todo o seu ministério.

A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas. (Idem, ibidem, p. 333)

Vale salientar que tal medida vislumbrava o ensinamento do catolicismo, por meios oficiais, a massas populares.

“Depois de 40 anos, o Episcopado Brasileiro, unido perante o governo, discutiu o estatuto da igreja dentro da nação perante o Estado.” (Mendonça; Pereira; Rodrigues; Loss, 2011, p.281). A Igreja se preocupava com a formação de intelectuais que seriam a vanguarda do catolicismo nacional e por isso intensificou seu trabalho junto a instituições de ensino e de formação religiosa, a Ação Católica.

Em 1932, em vistas da primeira eleição para a Assembleia Constituinte após a Revolução de 30, a Igreja Católica posicionou-se criando a Liga Eleitoral Católica. Sem assumir apoio direto para nenhum candidato, mas garantindo votos de fiéis para os candidatos de diferentes partidos que declarassem apoio à Igreja e aos princípios sociais católicos, a instituição estava retomando sua força política por meios oficiais. “As eleições de 1933 levaram à Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela LEC. A Carta Magna de 1934 representou uma vitória da posição católica muito mais ampla do que se podia esperar.” (Idem, ibidem, p. 281).

A Igreja voltou a fazer parte, oficialmente, do bloco de poder a frente do Estado, junto da classe dominante e seu conglomerado de estratos sociais e interesses.

No ano de 1934 a nova Constituição brasileira foi promulgada. As eleições estaduais das assembleias legislativas devolveram poder aos antigos grupos das oligarquias e os movimentos sociais urbanos ganhavam novos adeptos a medida que as expressões da “questão social” saltavam aos olhos. A Ação Integralista Brasileira¹⁹ (AIB) surgiu em meio a essa efervescência política e a entrada de novas teorias filosóficas e sociológicas vindas da Europa.

Um número considerável de bispos brasileiros apoiaram o integralismo, em especial após a Encíclica *Divini Redemptoris*²⁰ (1937), de autoria do papa Pio XI, que condenava o comunismo e o ateísmo, alertando para as ameaças aos interesses da Igreja Católica.

[...] É por isso que, pelos séculos afora, as perturbações se têm sucedido umas às outras até à revolução dos nossos dias, a qual ou já surge furiosa ou pavorosamente ameaçada atear-se em todo o universo e parece ultrapassar em violência e amplitude todas as perseguições que a Igreja tem padecido; a tal ponto que povos inteiros correm perigo de recair em barbárie, muito mais horrorosa do que aquela em que jazia a maior parte

¹⁹ AIB foi um movimento social de caráter ultraconservador que cresceu principalmente em meio urbano durante a década de 1930, flertando com ideais fascistas e morais da doutrina social da Igreja Católica. Sob o comando de Plínio Salgado, a Ação Integralista conseguiu o apoio de setores médios, empresários e setores do operariado, na referida década. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio, 1936)

²⁰ Essa referida Carta Encíclica não é a primeira da Igreja Católica a condenar o comunismo e o ateísmo. Anteriores a essa existem outras que visavam interferir culturalmente e politicamente nas relações dos Estados e sociedades civis. Predecessora a *Divini Redemptoris* (Pio XI, 1937) já existiam a Carta Encíclica *Qui pluribus*, onde o papa Pio IX declarou: “[...] essa doutrina nefanda do chamado comunismo, sumamente contrária ao próprio direito natural, a qual, uma vez admitida, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos e da própria sociedade humana” (Pio IX, 1846). E também a Encíclica *Quod Apostolici Muneris*, promulgada por Leão XIII, onde esse alerta sobre as ameaças do socialismo, comunismo e niilismo: “Peste mortífera, que invade a medula da sociedade humana e a conduz a um perigo extremo” (Leão XIII, 1878)

do mundo antes da vinda do divino Redentor. [...] Vós, sem dúvida, Veneráveis Irmãos, já percebestes de que perigo ameaçador falamos: é do *comunismo, denominado bolchevista e ateu*, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã. (Carta Encíclica Divini Redemptoris, Sobre o Comunismo Ateu, 19 de março de 1937, Papa Pio XI)

O papel ideológico da instituição cristã ganha especial destaque, visto que a “questão social” estava se tornando um importante problema à manutenção da ordem burguesa, em âmbito mundial desde meado do século XIX e na particularidade da formação nacional durante as primeiras décadas do século XX. Não aprofundaremos neste Trabalho o contexto internacional, todavia, não deixaremos de analisar os posicionamentos da Igreja Católica frente a alguns desses importantes acontecimentos²¹ e transformações do cenário político e econômico global.²²

A Igreja deveria desempenhar, portanto, participação ativa na intervenção sobre as manifestações da “questão social” e, nesse contexto sócio-político, a intervenção do laicato católico era fundamentalmente orientada pelo centro político da Igreja, o Vaticano. As Cartas Encíclicas, proclamadas pelos mais diversos papas, expressam a tentativa da instituição de acompanhar as transformações

²¹ Indicamos como importantes documentos para conhecimento dos posicionamentos da Igreja em acontecimentos que não nos debruçaremos no presente texto: *Carta Encíclica Non abbiamo bisogno* (Pio XI, 1931), que condena o fascismo italiano. E a *Carta Encíclica Mit brennender Sorge* (Pio XI, 1937), que explicita a preocupação da Igreja Católica com a intervenção nazista na hegemonia ideológica das celebrações cristãs da Alemanha, além de condenar a perseguição aos católicos alemães e a segregação racial ariana;

²² Destacamos como importante para o conhecimento aprofundado de alguns desses acontecimentos, as obras: 1) Sobre a Comuna de Paris, *A Guerra Civil na França* (1871), de Marx; *À Memória da Comuna* (1911), de Lênin; *A Comuna de Paris e a noção de Estado* (1871), de Mikhail Bakunin. 2) Sobre a Revolução Russa, *A História da Revolução Russa* (1997), de Leon Trotsky; *Revolução Russa: o poder dos soviets contra o estatismo* (2007), de Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares; *O Estado e a Revolução* (1917), Lênin.

socioeconômicas e políticas da realidade mundial.

Em termos particulares, e considerando a trajetória histórica do Brasil, alia-se a esse conjunto de fatores a reorganização da Igreja Católica em prol de um amplo movimento de recristianização da humanidade e, principalmente, da reafirmação de seus interesses e privilégios, temporariamente abalados com o advento da República (Carvalho, 1986, *apud* Ortiz, 2007, p. 28)

O apostolado organizado sob a direção dos princípios definidos pela Igreja estabeleceu uma nova Cristandade. A Ação Católica era instrumento fundamental nesse processo e algumas Encíclicas nos são especialmente valiosas para análise do posicionamento político da Igreja referente a “questão social” e a luta de classes²³. A seguir salientaremos algumas dessas, como a *Rerum Novarum* (1891), de autoria do papa Leão XIII e a *Carta Encíclica Quadragésimo Anno* (1931), do papa Pio XI, pois são extremamente caras ao Serviço Social Tradicional²⁴ por abordarem a temática das contradições de classe e o posicionamento da Igreja sobre o cenário político e social mundial. Bem como a Carta Encíclica *Aeterni Patris*, promulgada também por Leão XIII, sobre a restauração da filosofia cristã e doutrina de Santo Tomás de Aquino resgatando claramente o tomismo e ressignificando-o no seio da Igreja Católica, transformando-o em neotomismo.

A busca da legitimação, por parte de Vargas, lançou-o nos braços da

²³ A *Carta Encíclica Mater et Magistra* aborda exclusivamente a temática da “questão social”. (João XXIII, 1961)

²⁴ Conforme Netto (1981,p.59), “Serviço Social ‘clássico’ denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social [Mary Richmond é o exemplo mais crítico]. Por Serviço Social ‘tradicional’ deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente, há um nexos essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção – numa ótica claramente funcionalista – de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção[aberta ou velada] idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.” (Netto, 1981 *apud* Ortiz, 2007, p. 212)

Igreja. Portanto, como chefe de Estado, reintegrou o catolicismo a sua antiga posição, faltando-lhe apenas o título de religião oficial. Todavia, estava instituído um regime informal de colaboração que resultou na intervenção estatal sobre as expressões da “questão social” ancorada em princípios de dominação e apassivamento religiosos.

CAPÍTULO 2

A INFLUÊNCIA DO NEOTOMISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Neste segundo capítulo, abordaremos o surgimento do Serviço Social e as influências filosóficas e doutrinárias que estavam no cenário político nacional. Buscamos retomar brevemente, a relação de proximidade entre o Estado e a Igreja, bem como alguns marcos históricos legais que influíram sobre a conjuntura brasileira e sobre a própria profissão, visto que essa estava em expansão no mercado de trabalho.

Destacamos também o entendimento do pensamento social da Igreja sobre a “questão social”, vista como questão moral pela referida instituição, e que incide solidamente no trato das assistentes sociais com os sujeitos da classe trabalhadora. O papel da Igreja Católica nesse processo de nascimento da profissão é decisivo para a influência que a filosofia neotomista ganhou dentre as primeiras assistentes sociais. Dito isso, nos debruçaremos sumariamente aos conceitos mais importantes da doutrina filosófica de São Tomás de Aquino.

2.1 Emergência do Serviço Social no Brasil

O governo Vargas iniciou-se com uma forte política centralizadora e autoritária. Logo após o golpe de Estado, Vargas dissolveu o Congresso Nacional. “Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais.” (Fausto, 1995, p. 333)

Essa centralização estabeleceu-se também no campo econômico com a federalização da política do café através da criação do Departamento Nacional do Café (DNC), uma tentativa do governo federal de subsidiar os negócios cafeeiros que estavam enfrentando grave crise, e com o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), consolidando o intervencionismo na agroindústria da cana-de-açúcar, ambos em 1933.

A centralização também se deu no campo das lutas sociais. Ao mesmo tempo que era promulgada uma política governamental de proteção ao trabalhador²⁵ Vargas visava reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana, tanto por meio da dura repressão²⁶ como, também, por meio de enquadramento dos sindicatos²⁷ pelo Estado, como elucida Fausto (1995, p. 335).

²⁵ “Entre 1930 e 1945, ela (a política trabalhista) passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve como objetivos principais reprimir [...] a classe trabalhadora urbana [...] e atraí-la para o apoio difuso ao governo.” (Fausto, 1995, p. 335). Foram criados órgãos para mediar conflitos entre patrões e operários, além de ter sido regulamentado o trabalho de mulheres e das crianças, a concessão de férias e o limite da jornada de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho deu-se em 1943. Para melhor nos situarmos na história, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi anunciado logo no primeiro ano do governo getulista, em novembro de 1930, seguido da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e, 1932.

²⁶ “A repressão se abateu sobre os partidos e organizações de esquerda especialmente o PCB, logo após 1930. Ela se tornou mesmo mais sistemática do que a existente na Primeira República. A situação da inquietação social contribuiu também para isso.” (Fausto, *idem*, *ibidem*). Outro movimento social duramente reprimido foi a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 e extinta em 1937. A FNB tinha o objetivo de combater o racismo no Brasil e promover melhores condições de trabalho, saúde e educação para a população negra brasileira.

²⁷ Tal enquadramento foi estabelecido pelo Decreto nº 19770 de 19 de março de 1931. “O

A partir da década de 1940 o Brasil entra num intenso processo de industrialização através de uma política econômica que não visava mais exclusivamente o meio rural, mas voltava-se para a crescente urbanização nacional e as relações com o capital industrial.

O espectro do Brasil Moderno, segundo Ianni (1996), do desenvolvimento capitalista, convivia com as heranças da formação histórica nacional:

Os prenúncios do Brasil Moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política. (Ianni, 1996, p. 30)

A repressão e a busca pela legitimação da ditadura varguista fortalecia o projeto de expansão do capitalismo, respondendo eficientemente as necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana ao que demandava o capital.

O avanço do capitalismo e, conseqüentemente, das transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940 demandaram do Estado brasileiro uma nova forma de enfrentamento da “questão social”, através de intervenção sobre as relações entre as classes burguesa e trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, mas gerindo por meio de políticas e serviços sociais, uma resposta às manifestações da

sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. [...] O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistiriam às assembléias dos sindicatos. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas” (Fausto, idem, ibidem)

contradição classista inerente ao capital.

[...] historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

É de suma relevância pontuar o papel Estado na reprodução das relações sociais, como legislador e como controlador das forças repressivas. Iamamoto e Carvalho (2013) afirmam que os dois “braços” do Estado, as instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais e as instituições repressivas, são complementares na tarefa de assegurar o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses dominantes. Entretanto não podemos desconsiderar a necessidade que o Estado teve de responder a determinadas demandas que emanavam da classe trabalhadora perante pressão exercida por esta. A incorporação de alguns interesses dessa classe são conquistas dentro da luta de classes, mesmo não afetando de forma radical os interesses da classe capitalista.

Como vimos no capítulo 1, Getúlio Vargas e seus aliados políticos, desde a disputa presidencial de 1929, questionavam o trato dado as expressões da “questão social” por seu antecessor, Washington Luís. Esses afirmavam que a “questão social” não deveria continuar sendo uma questão apenas de polícia, apenas resolvida com repressão por parte do Estado. Lembramos que o início do século XX foi marcado pelo início do processo de industrialização do país, pela crise política da República Velha, pelo crescimento dos movimentos sociais urbanos e rurais, pelo

esgarçamento da luta de classes e, conseqüentemente, pela manifestação mais exacerbada das contradições entre as classes em formação.

Segundo Marx, referenciado por Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 85, "o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação" modificam as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Sendo assim, o posicionamento de frações da classe dominante perante a "questão social" também se modifica, pois em conjunturas de crise econômica e crise de hegemonia do poder da classe dominante essa se vê pressionada a dar respostas às expressões da "questão social".

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 84)

O Estado brasileiro reposiciona-se frente à sociedade ao inserir-se no contexto internacional do capital e com as drásticas alterações das relações sociais. A partir de tal reposicionamento frente às condições de produção e reprodução da vida material e social, o profissional de Serviço Social emerge como um técnico para intervir nas expressões da "questão social" apoiado pela doutrina social cristã da Igreja Católica e vinculado ao crescimento das grandes instituições assistenciais e de prestação de serviços.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização

da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores. (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 85)

“O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão inserida na divisão social do trabalho tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”, segundo Iamamoto e Carvalho (2013, p. 83), em determinado contexto sócio-histórico, que possibilitou a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial no Brasil durante a primeira metade do século XX.

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 86)

A estreita relação entre o Estado e a Igreja, retomada após o processo político que culminou no golpe de 1930, fez esta assumir um papel central na formação dos primeiros assistentes sociais. Yazbek (2000) elucida que a Igreja Católica tornou-se responsável pelo conteúdo ensinado no processo de formação dos primeiros profissionais do Serviço Social brasileiro, referenciando os dogmas religiosos e os valores cristãos como base teórica e ideológica para tal formação e para o trato da “questão social”.

Cabe ainda assinalar, que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade

individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento. (Yazbek, 2000, p.92)

O Estado, num intervalo curto de tempo, expande o mercado de trabalho para “técnicos qualificados na área de ‘relações humanas’ - entre eles o Assistente Social - para a implementação de políticas de pessoal, diante da necessidade de racionalização da produção e do trabalho [...]” (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 89).

A Igreja incidiu fortemente na emergência do Serviço Social brasileiro, através da estratégia de qualificação do laicato, sendo parceira do Estado na busca pelo consenso social, e uma das principais aliadas do projeto reformista-conservador, na demanda de circunscrever o Brasil na ordem capitalista internacional²⁸. Ela entrou com a qualificação dos primeiros quadros profissionais, militantes católicas em sua maioria, e junto a isso, com a orientação filosófica e política.

A estratégia de qualificação do laicato mostrou-se como uma missão política desse apostolado frente a classe trabalhadora, particularmente junto à família operária, analisam Iamamoto e Carvalho (idem, ibidem). É sobre essa formação e essa missão que iremos nos debruçar no próximo ponto a ser elucidado.

2.2 As primeiras instituições de ensino do Serviço Social e a compreensão da pessoa humana: a influência neotomista.

²⁸ Sobre o tema é de suma relevância a consulta a Netto (2001).

A Igreja Católica, desde a última metade do século XVIII resgata a filosofia tomista objetivando uma aproximação com o novo modo de produção e modelo de sociedade que estava emergindo. Com a ameaça a sua hegemonia no plano ideológico, sócio-político e cultural devido a ascensão hegemônica da racionalização moderna, a instituição busca redirecionar seu posicionamento e orientar seu corpo clerical e laicato através da atualização dos princípios do pensamento de São Tomás de Aquino. Esse movimento ficou conhecido como neotomismo (Ortiz, 2007, p. 132).

O neotomismo reconhece o homem como ser dotado de razão, de capacidade de realizar escolhas, sendo “ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus” (Ortiz, 2007, p. 133). Portanto, esse homem possui a capacidade de aperfeiçoar-se materialmente e espiritualmente, donde a *perfectibilidade*, e a *bondade* natural, por ser criatura inspirada no mais perfeito ser, segundo tal filosofia.

Um dos maiores expoentes da filosofia de São Tomás de Aquino, Padre Édouard Hugon, em sua obra *Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais* (1998), nos ajuda a compreender alguns conceitos essenciais para o entendimento do pensamento social da Igreja no contexto apresentado.

1º - A alma humana é subsistente e espiritual; 2º Ela é criada por Deus; 3º - O momento da criação é aquele mesmo em que a alma é infundida no corpo suficientemente disposto; 4º A alma é incorruptível e imortal pela sua natureza. (Hugon, 1998, p. 131)

Segundo essa filosofia, a alma é *essência racional*, é parte do divino por ser

criada pelo divino. Ao ser unida com o corpo, recebendo o homem animal, ela dá a essa materialidade todo o potencial necessário para que o homem busque a perfeição unindo corpo e espírito, *existência*, podendo esse homem aperfeiçoar-se espiritualmente e materialmente, obtendo, portanto, a capacidade da *perfectibilidade* (Hugon, 1998, p. 139-147).

Compreendendo razoavelmente o entendimento assumido pela filosofia neotomista utilizado pela Doutrina Social da igreja em relação à pessoa humana, podemos continuar a elucidar o importante papel dessa instituição na formação do cenário político nacional e na orientação religiosa destinada as primeiras assistentes sociais.

A articulação do movimento da Ação Católica²⁹ com o Estado foi fundamental para a influência da Doutrina Social da Igreja nas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas no surgimento da profissão. Elementos da Doutrina Social da Igreja serviram como suporte ao Estado burguês.

Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 90)

Os profissionais se expressam, nesse contexto, através do reforço “do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre-iniciativa do cliente, do princípio de

²⁹ Os movimentos de Ação Católica estavam presentes nos diferentes ambientes da sociedade, como exemplo podemos citar os movimentos Homens da Ação Católica (HAC), Liga Femininas da Ação Católica (LFAC), Juventude Católica Brasileira (JCB), Juventude Feminina Católica (JFC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Independente Católica (JIC) e a Ação Católica Operária (ACO), atual Movimento dos Trabalhadores Cristãos (Souza, 2006, p. 53-54)

neutralidade etc” (Iamamoto e Carvalho, 2013, p. 91). Essa linguagem representa o *primado do ser* sobre o *primado do saber*³⁰, forte traço da filosofia de São Tomás de Aquino e sua atualização, o neotomismo.

Dessa imagem social, historicamente plasmada e frequentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressiva em suas origens, mas ainda vigente, talvez, por meio de uma roupagem mais secularizada: não mais o discurso carregado da linguagem explícita do apostolado cristão, mas do agente voltado para ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 91).

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que buscava qualificar essas trabalhadoras especializadas e difundir a doutrina cristã. A Arquidiocese de São Paulo acompanhou toda a formação das primeiras assistentes sociais.

Em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, atrelada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) mas em caráter de curso técnico. Fundamentada nos valores da Igreja, a formação profissional dos assistentes sociais brasileiros dá-se a partir da influência europeia, por meio do modelo franco-belga que tem como base princípios tomistas e neotomistas, o conservadorismo romântico, como afirmam Guedes e Lacerda (2006).

A segunda Escola de Serviço Social em território nacional emerge no Rio de Janeiro, atrelada a PUC-RJ com o mesmo caráter da paulista³¹. O Serviço Social

³⁰ O *primado do ser* consiste nas qualidades pessoais, ideológicas, filosóficas e, especialmente morais dos sujeitos. O *primado do saber* consiste na prevalência da ciência e da racionalidade.

³¹ As primeiras unidades de ensino não eram cursos universitários, apesar de estarem ligadas a universidades e instituições de ensino superior. Entre 1936 e 1945, só no Rio de Janeiro surgiram 5 cursos de formação para assistente social, dessas, quatro eram vinculadas a instituições públicas de ensino.

Tradicional começa a ganhar escopo criticando o pensamento moderno iluminista por acreditar que esse rompe com a ligação do homem com a ordem superior, distanciando-se do cristianismo e de Deus (Idem, *ibidem*).

A concepção de homem dos primeiros assistentes sociais situava-se no horizonte metafísico. Eles entendiam que o homem, como pessoa humana, era portador de “valor soberano a qualquer outro valor temporal” (FERREIRA, T.P, 1939, p. 28) e tinha sua existência regulada por duas instâncias, uma temporal e outra determinante sobre a primeira, atemporal, entendida como parâmetro último para a sua realização enquanto pessoa que caminha para a vida eterna. A partir dessa concepção, estes assistentes sociais vinculavam o exercício profissional a princípios não submetidos ao movimento histórico. Sugeriam que a formação profissional do assistente social fosse orientada pela doutrina católica que era, segundo Telles (1940a, p.14), constituída por princípios verdadeiros, porque imutáveis. (Guedes, 2001).

Nesse sentido, as escolas de Serviço Social deveriam formar as personalidades de acordo com os valores cristãos, desenvolvendo e garantindo as estudantes conhecimento sobre os problemas sociais e sobre as técnicas do trabalho a ser realizado “Para atingir sua finalidade o programa de ensino deve ser vivificado por uma sólida doutrina e, por outro lado, corresponder às necessidades do Serviço Social em geral e às necessidades e possibilidades particulares da sociedade que ela quer servir” (Ferreira, 1939 *apud* Guedes, 2001).

Não só o Serviço Social recebia a influência da doutrina social cristã. Essa estava se difundindo dentro das instituições intelectuais, o projeto de recristianização das elites, da política e do Estado estava triunfando. Os pensadores³² tomistas e

³² 1) Leonardo Van Acker, belgo, doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Lovaina foi cátedra de Filosofia da Faculdade de São Bento. Fidelíssimo da tradição Escolástica e do neotomismo de São Tomás de Aquino, lecionou também na Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” e na Faculdade Paulista de Direito da Universidade Católica de São Paulo; 2) Padre Miguel Schooyans, belga, teólogo e doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Lovaina, foi

neotomistas de São Paulo concentravam-se em três grandes centros de estudos superiores: na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia “Nossa Senhora Medianeira” dos Padres Jesuítas. (CAMPOS, 1968, p.123)

Em 1942, o Episcopado Paulista, reunido sob a presidência de Dom José Gaspar da Fonseca e Silva, arcebispo de São Paulo, solicitou autorização ao Vaticano para criar a Universidade Católica, fundação universitária, que trazia em sua escritura pública:

No artigo 2º dos respectivos estatutos lê-se: “a finalidade da fundação é instituir, manter e dirigir as faculdades e demais institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica de São Paulo, bem como outras organizações de caráter cultural e social”. E no artigo 3º: “dentre os objetivos colimados pelas instituições referidas no artigo anterior, destacam-se os seguintes: a) ministrar o ensino superior em todas as suas moralidades; b) estimular a investigação científica; c) contribuir para a formação de uma cultura superior, adaptada às realidades e informada pelos princípios cristãos; d) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade entre as Democracias Americanas, especialmente no campo cultural e social, em defesa da civilização cristã.” (Anais da PUC-SP, vol. I, 1946, p.8 citado por CAMPOS, 1968, p.124)

Ao compreender a “questão social” como questão moral a estratégia da Ação Católica era promissora. Esse grande mal moral que a sociedade estava se

professor na PUC-SP por mais de 10 anos; 3) Paul Georg Kruse (Beda Kruse), nasceu em 1905 em Berlim. cursou filosofia e teologia no Seminário beneditino do Rio de Janeiro. Doutorou-se em filosofia pela Universidade de Munich e foi professor da PUC-SP; 4) José Antônio Tobias, doutor e livre-docente em Filosofia. foi professor da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, São Bento e da PUC-SP. Produziu diversos livros sobre o tomismo abordando diversos assuntos como questões da natureza didática, metafísica e psicologia; 5) Padre Adolfo Crippa foi professor na Faculdade de filosofia da PUC-SP e diretor da revista de filosofia *Convivium*, da Universidade de Barcelona. Para ele era possível pensar o tomismo dentro de perspectiva historicista, “conciliando a temporalidade e a relatividade da existência histórica do homem, com a exigência de seu destino a-temporal e meta-histórico [...]” (CAMPOS, 1968, p. 135)

afundando derivava da condição do operário, do desequilíbrio das classes e do radicalismo do socialismo, afirmava o alto clérigo da Igreja. Entretanto, como podemos observar elucidado na Carta Encíclica *Rerum Novarum* (1891), promulgada por Leão XIII, o pensamento social doutrinário propunha a conciliação entre essas classes, desde que fosse resguardado o direito à propriedade privada e, para tal condição se realizar, a submissão da classe trabalhadora:

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente(*sic*) proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, **as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.** A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla. **E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos** e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça. (Leão XIII, 1891, p. 6, grifo nosso)

A concepção moral a-histórica, ressalta Guedes (2005), se enquadra no conservadorismo romântico ao compreender Deus como causalidade originária, derivando deste todas as demais causas da vida, sobrando aos homens reconhecer a posição de criatura, não podendo intervir na modelagem dos desígnios de Deus.

Mas é evidente que se deve visar antes de tudo **o objecto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso.** E principalmente este fim que deve

regular toda a economia destas sociedades; doutro modo, elas degenerariam bem depressa e cairiam, por pouco que fosse, na linha das sociedades em que não tem lugar a religião. [...] **Assim, pois, tomando a Deus por ponto de partida, dê-se amplo lugar à instrução religiosa a fim de que todos conheçam os seus deveres para com Ele; o que é necessário crer, o que é necessário esperar, o que é necessário fazer para obter a salvação eterna**, tudo isto lhes deve ser cuidadosamente recomendado [...]. (Leão XIII, 1891, p.20, grifo nosso)

Guedes (2005) afirma que a concepção gerada de homem, nesse contexto, possui duas naturezas diferentes, a essência atemporal e a existência, atualidade daquilo que se é. Esses atributos metafísicos³³ dos seres, a *essência* e a *existência*, são conjugados com atributos transcendentais, como o bem e a piedade, “que só é factível àquele ser em que a inteligência tenha noção de amor” (GUEDES, 2005, p. 32):

Guie-se o operário ao culto de Deus, incite-se nele o espírito de piedade, faça-se principalmente fiel à observância dos domingos e dias festivos. Aprenda ele a amar e a respeitar a Igreja, mãe comum de todos os cristãos, a aquiescer aos seus preceitos, a frequentar os seus sacramentos, que são fontes divinas onde a alma se purifica das suas manchas e bebe a santidade. Constituída assim a religião em fundamento de todas as leis sociais, não é difícil determinar as relações mútuas a estabelecer entre os membros para obter a paz e a prosperidade da sociedade. (Leão XIII, 1891, p. 20-21)

A partir de tais explicações podemos elucidar aqui a influência da filosofia neotomista presente nesse documento, na formação e na prática profissional das

³³ O pensamento de São Tomás de Aquino, o tomismo, teve como grande influenciador o filósofo grego Aristóteles, em especial nos atributos metafísicos. Portanto, aqui entende-se esses tais como uma compreensão da essência das coisas, daquilo que faz as coisas serem como são, ou seja, a metafísica ou a filosofia primeira, como chamava Aristóteles, englobava teologia, filosofia e ontologia, ao buscar compreender o ser e a *causa formal* das coisas, a *causa material*, a *causa eficiente* e a *causa final* (Hugon, 1998). Para aprofundamento na filosofia de Aristóteles recomendamos o livro *Metafísica*, traduzido por Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

primeiras assistentes sociais. Guedes e Lacerda (2006), ao analisar o discurso neotomista de Maritain³⁴, situam a dignidade da pessoa humana, segundo o referido filósofo, como sendo o exercício para a perfeição, ou seja, a pessoa humana conseguiria se elevar acima da materialidade, atingindo a “expressão da liberdade humana, a liberdade interior e espiritual, a capacidade de descobrir motivos superiores e inserir novos atos no mundo” (idem, ibidem).

Maritain, segundo Guedes (2001), discorre ainda sobre o *bem comum* e a *perfectibilidade* humana expondo que a sociedade deriva do primeiro e que esse não é a soma dos bens individuais, mas sim o bem do corpo social, segundo Guedes (2005) e Guedes e Lacerda (2006).

O pensamento neotomista reconhece que o homem é um ser dotado de razão, o que lhe permite refletir sobre seus atos e superar suas limitações. Assim, deverá o homem dominar seus instintos e paixões para viver em sociedade com os outros homens, colaborando para a construção do bem comum; caso contrário, deverá este homem se submeter a um tratamento capaz de devolvê-lo a serenidade e a tendência de progresso e perfectibilidade. A reforma moral, portanto comportamental, faz parte desse processo de adequação e ajustamento do homem à sua verdadeira naturalidade e destino. (Ortiz, 2007, p. 133)

Vale salientar aqui a reflexão de Ortiz (2007, p.133):

Por ser o homem um ser inclinado à perfeição, é dotado de razão e livre arbítrio, que lhe confere plena consciência e responsabilidade por suas opções e atos. Assim, deve ser o homem responsabilizado pessoalmente por seus atos sejam eles bons ou maus. Sem considerar a história como solo, e, com isso, o entendimento que o homem, embora racional, é um ser social e, portanto, nasce em condições pré-existentes às suas e engendradas pelas gerações anteriores [o que lhe faz partícipe do gênero humano], a visão de homem postulada pela Igreja Católica Romana tende

³⁴ Jacques Maritain foi um filósofo francês considerado como um dos pilares da renovação do pensamento tomista do século passado. Sua influência se deu principalmente sobre a América Latina através do conceito de *Democracia cristã* utilizado por diversos governantes para justificar o estreitamento de laços entre o Estado Moderno e a Igreja Católica.

não só a responsabilizá-lo unilateralmente por sua condição, como o culpabiliza por seus fracassos. No entanto, se de um lado, é o homem o único responsável por seus atos; de outro, concebe-se que este possui qualidades inatas, as quais por sua vez o encaminharão para uma direção ou outra. A moralização das expressões da “questão social”, possui também na Doutrina Social da Igreja e no humanismo cristão – ambos partícipes do pensamento conservador – ampla fonte de sustentação sócio-cultural e filosófica.

Ainda sobre bem comum, Ortiz (2007, p. 134) ressalta que a concepção do humanismo cristão e da doutrina social da Igreja Católica parece contradizer-se, ora apontando a necessidade da caridade como veículo que torna o homem mais próximo de Deus e mantém o bem comum, ora defendendo a propriedade privada como direito natural, “não devendo inclusive ser alvo de tributação por parte do Estado [este responsável em última instância em prover o bem comum]” (idem, *ibidem*). Essa ambigüidade, segundo a referida autora, se dissipa à medida que ao nos aprofundar na doutrina compreendemos que:

[...] a obrigação de dar o supérfluo para os pobres está embasada na lei da mútua caridade que obriga a dar a cada um o que é seu. Esta mesma lei obriga a inviolabilidade do direito alheio e da propriedade particular. A mesma lei “da mútua caridade” impõe que “o operário não pode exigir um justo salário se o mesmo for prejudicar o patrão”. (CARLOS, 1993 *apud* Ortiz, 2007, p. 134).

Os primeiros assistentes sociais idealizavam um processo educativo, segundo Guedes (2001) conduzido por dois elementos da perspectiva neotomista de pessoa humana: a *inteligibilidade* e a *liberdade*.

Sendo o homem uma pessoa humana, é um ser dotado de inteligibilidade natural, o que torna possível sua adaptação às circunstâncias postas por épocas diferentes. Assim, o homem pode responder às exigências de novas épocas e, ao mesmo tempo, cumprir a destinação cristã. [...] Ao

princípio da inteligibilidade, os primeiros assistentes sociais, ainda na trilha do neotomismo, vinculavam a liberdade da pessoa humana. Respeitar esta liberdade, na atuação profissional, significa respeitar a liberdade do assistido. [...] Há uma tendência do ser moral e intelectualmente mais forte de se impor ao mais fraco. Contra esta tendência, terá de lutar a assistente, toda vez que se encontre diante de alguém que, em virtude das circunstâncias, esteja, em relação a ele numa situação inferior ou de dependência. (Pereira, 1940 *apud* Guedes, 2001)

Essa forma de sociabilidade compreendida e praticada pelos assistentes sociais da época orientava para a atuação individualizada sobre o sujeito da classe trabalhadora, interpretando a “questão social” como um questão moral.

Do Serviço Social era esperado dar consciência a pessoa humana, que dotada de vontade natural de aperfeiçoamento, buscava condições de sair da situação de desajuste e passaria a vislumbrar as condições normais de sociabilidade, chegando a essas através de seu próprio esforço (Malheiros, 1939 *apud* Guedes, 2001). A intervenção do Serviço Social, assumindo como instâncias importantes para atuação profissional, dava-se principalmente sobre a família e o trabalho do assistido, pois eram esses elementos constitutivos essenciais da pessoa humana e da disseminação da moral e dos verdadeiros valores (Ferreira, 1940 *apud* Guedes, 2001).

O objetivo dos assistente social junto aos trabalhadores era a construção de uma unidade que negasse o comunismo ateísta e refutasse a incorporação cega dos ideais liberais, apregoando a conciliação entre as classes através da justa ordem do capital orientada pela ordem moral de Deus, sem, contudo, deixar-se cair no tecnicismo, no cientificismo e no profissionalismo, pois o assistente social deveria ser alguém que se preocupava, prioritariamente, “em fazer o bem e contribuir para a

solução mais perfeita dos problemas sociais.” (Ferreira, 1941 *apud* Guedes, 2001)

Assim, no desempenho de suas tarefas, o assistente social intervém na esfera da preservação da dignidade humana e do desenvolvimento da personalidade. Esta atuação profissional deve, ainda, condicionar-se ao compromisso com a ordem social que, conforme as diretrizes das Encíclicas Papais [...]. Com este trabalho, pretendia-se “beneficiar” os trabalhadores e “comprometê-los com a ordem social” (RIBERA, 1940 *apud* Guedes, 2001)

As assistentes sociais deveriam ter bases sólidas sobre o conhecimento doutrinário da Igreja Católica, sendo suas atuações mais do que uma profissão, uma verdadeira vocação divina.

Ainda, sob a perspectiva neotomista, a pessoa humana dotada de inteligência pode orientar a si e aos outros para os valores cristãos. As assistentes sociais, como esse ser que escolhe seguir aos princípios religiosos e doar-se para sua salvação e para salvação do outro, deveriam possuir os atributos de “responsabilidade, sacrifício, perseverança, jovialidade, desinteresse material, capacidade de sentir, capacidade de adequar-se ao ritmo acidentado dos necessitados, maturidade (para não se assustar com a realidade a ser conhecida)” (TELLES; MANCINI. In: CARLOS, 1993 *apud* Guedes, 2001).

Esta perspectiva neotomista perdurou hegemônica no Serviço Social desde sua emergência até meados da década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho procuramos trazer elementos para pensarmos sobre o surgimento do Serviço Social brasileiro e o seu caráter conservador orientado pela doutrina social da Igreja, a filosofia neotomista.

No primeiro momento exposto buscamos compreender a formação sócio-histórica brasileira e a reprodução das relações sociais existentes numa sociedade que mesclava traços coloniais com os incipientes traços do capitalismo industrial.

Posteriormente, um Estado ditatorial que se auto-intitulava acima das classes antagônicas e representante do bem comum e da harmonia social foi essencial no contexto político brasileiro para a profissão de Serviço Social se legitimar e se expandir (Ortiz, 2007). Estabelecida uma relação de interesse recíproco, pois tal Estado também buscava se estabelecer a partir da repressão e do consenso social orientado pela doutrina cristã, a busca pelo enfrentamento da “questão social” se restringiu ao reconhecimento de uma questão moral dos indivíduos, negando a racionalização da contradição de classes e do pensamento filosófico moderno.

Com o objeto de intervenção profissional definido como a moralidade dos indivíduos, os objetivos da prática das assistentes sociais pioneiras eram a preocupação de restaurar o trabalhador, em especial, e toda a sociedade civil possibilitando o restabelecimento de sua dignidade de pessoa humana e do bom cristão, conforme constam os escritos do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CEP) de 1947, aprovado em Assembleia Geral da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS):

III - A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária:

trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

IV - A observância dos princípios da Deontologia do Serviço Social exige, da parte do Assistente Social, uma segura formação em todos os ramos da Moral.

Importante ressaltar para vias de conhecimento o significado de *Deontologia*. O termo foi criado por Jeremy Bentham, filósofo, jurista e iluminista que propunha uma filosofia moral para orientar as normas e deveres das sociedades modernas. A *Deontologia*, por tanto, é uma teoria normativa onde as escolhas são orientadas moralmente.

Ainda sobre o referido CEP, vale salientar o primeiro dever do assistente social:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. (trecho da Seção I: Deveres Fundamentais; É dever do Assistente Social)

A Igreja, enquanto força social, estava mobilizando seu laicato e participando da construção da ideologia hegemônica necessária para o enfrentamento das expressões da “questão social”, que eram vistas também como expressões de questões morais. , visto que o surgimento da profissão estava ancorado na doutrina social da Igreja. O Serviço Social traduz sua atuação através da prática conservadora e dogmática, segundo Barroco (2010)

Ao evidenciarmos tais princípios não podemos deixar de nos referir a Netto (1999), quando este aborda as diferenças e a conexão dos projetos profissionais e

os projetos societários.

Segundo Netto (idem), os projetos profissionais são coletivos, construído por um sujeito coletivo - as categorias profissionais e suas organizações - que elegem valores e o legitimam, delimitando e priorizando seus objetivos e, principalmente, prescrevendo um conjunto de normas para a atuação profissional.

Partindo de tal pressuposto, retornamos aqui a um conceito citado no início do desenvolvimento deste escrito, a *hegemonia da pequena política*. Se para Gramsci, segundo Coutinho (2010), a pequena política compreende questões do cotidiano dentro de uma estrutura mais complexa de lutas sociais, podemos entender que o projeto profissional de uma categoria está embrenhado de pequena política disputando a hegemonia do direcionamento de atuação e refletindo a disputa de classes sociais antagônicas.

Relacionando este conceito gramsciano citado acima com outro do mesmo autor, a *hegemonia da grande política*, que está embebida nas questões políticas mais amplas, ou seja, mudanças estruturais no âmbito econômico-político-cultural, no direcionamento do próprio enfrentamento, ou não, das expressões da “questão social” e do antagonismo de classes, podemos refletir sobre como essa grande política, ligada aos Estados, às lutas de classe e a dominação das superestruturas econômicas influencia na pequena política, ou seja, no cotidiano e é influenciada por ele, visto a dimensão dialética da realidade.

O Código de Ética Profissional (1947) citado expressa, para além de “puros” direcionamentos para a atuação profissional, valores morais que visavam a manutenção da ordem social posta nesse contexto sócio-histórico, ou seja, a manutenção de uma sociedade desigual economicamente, socialmente,

culturalmente e territorialmente que possibilitasse o desenvolvimento das forças produtivas do capital que estava se estabelecendo.

Os projetos societários são para o conjunto da sociedade, macroscópicos, portanto são projetos de classe, afirma Netto (1999). “Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (idem, ibidem) Aqui podemos observar mais claramente o que estamos apontando. Ao tentar reduzir a “questão social” a uma questão moral, de valores e doutrinária, a filosofia neotomista (2010) culpabiliza os sujeitos, no caso os desajustados da classe trabalhadora, e age de forma funcional e corporativa, minimizando a organização desta classe e garantindo a usurpação do trabalhador pelo burguês, a manutenção de um sistema de exploração. Logo, é um projeto profissional com determinado entendimento de projeto societário, determinada direção política e teórica para contribuir com esse projeto de sociedade capitalista e tradicional.

Apontamos aqui necessidade de aprofundamento nos anos seguintes a Era Vargas, visto que o contexto sócio-político foi de grande importância para a mudança de paradigmas da profissão, para a formação nacional e para a consolidação das classes sociais brasileiras existentes até os dias atuais.

A elaboração teórica sobre os fundamentos do Serviço Social e a prática profissional do Serviço Social em meio ao desenvolvimentismo da década de 1950 e, posteriormente, durante a ditadura civil-militar brasileira é essencial para . Essa compreensão sobre a profissão no passado e na atualidade é de suma importância para podermos traçar estratégias de enfrentamento dos desafios e criação de possibilidades no cenário contemporâneo de crescimento do conservadorismo na

sociedade brasileira e, conseqüentemente, dentro da própria profissão.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS (ABAS). **Código de Ética Profissional**. São Paulo: ABAS, 1947.

BARROCO, M.L.S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: 3ª edição, Cortez, 2010.

BONFIM P. **Conservadorismo Moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. 2012. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 01 fevereiro de 2017.

BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 01 fevereiro de 2017.

BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 01 fevereiro de 2017.

CAMPOS, F.A. **Tomismo e Neotomismo no Brasil**. Editorial Grijalbo LTDA, São Paulo, 1968.

CASTELO, R. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels**. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: v. 20 nº 1, 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/a-questao-social-nas-obras-de-marx-e-engels>. Acesso em 13 agosto de 2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório referente à apuração das responsabilidades das pessoas envolvidas no movimento deflagrado na Bahia pela "Ação Integralista Brasileira"**. Salvador, 1936. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/relatorio-referente-a-apuracao-das-responsabilidades-das-pessoas-envolvidas-no-movimento-deflagrado-na>>

-bahia-pela-acao-integralista-brasileira-sal> Acesso em 31 de janeiro de 2017.

COUTINHO, C. N. **As categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira**. In: Crítica Marxista, Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985.

CUNHA, A.M. **A Colonização e o Desenvolvimento do Brasil**. DECON/UFRGS, Porto Alegre, 1997.

Emmerick, R. **As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade**. Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.5, pp.144-172, 2010. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/823>>. Acesso em 30 de janeiro, 2017.

FAUSTO. B. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995. - (Didática, 1)

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GUEDES, O.S. **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista**. Serviço Social em revista - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v.4, n.1, Jul/Dez. 2001. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_compreensao.htm>. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

_____. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1967 e 1965**. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 28 - 42, Jan./Jul. 2016. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/fass/article/view/24058/14626>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

GUEDES, O.S.; LACERDA, L.E.P. **Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social em revista - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, v.8, n.2, Jan/Jun. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_elica.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 198.

HUGON, P.É, O.P. **Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

IANNI. O. **A questão social**. Revista USP, São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso em: 31 de julho, 2016.

_____. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Histórica Econômica do Brasil**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1987.

IAMAMOTO, M.V. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JOÃO XXIII. **Mater Et Magistra**. SOBRE A RECENTE EVOLUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL À LUZ DA DOCTRINA CRISTÃ. Roma, 1961. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> Acesso em 2 de fevereiro de 2017.

LEÃO XIII, **Carta Encíclica Aeterni Patris**. SOBRE A RESTAURAÇÃO DA FILOSOFIA CRISTÃ CONFORME A DOCTRINA DE SANTO TOMÁS DE AQUINO. Vaticano, 1879. Disponível em <<http://www.estudostomistas.com.br/2012/07/aeterni-patris-de-leao-xiii.html>> Acesso em: 7 de fevereiro de 2017.

_____. **Carta Encíclica Quod Apostolici Muneris**. ON SOCIALISM. Roma, 1878. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html> Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

_____. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS. Vaticano, 1891. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 7 de fevereiro de 2017.

_____. **Carta Encíclica Immortale Dei**. SOBRE A CONSTITUIÇÃO CRISTÃ DOS ESTADOS. Vaticano, 1885. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html> Acesso em: 1 de fevereiro de 2017.

MANCINI, L.C. **O Sentido do Serviço Social**. Revista de Serviço Social, ano 2 , n. 15, São Paulo, 1940,

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDONÇA, C. V.; PEREIRA, M. R; RODRIGUES, P. A.; LOSS, B. Z. **Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica**. Dimensões. Espírito Santo, vol. 26, p. 277-291, 2011. Disponível em <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2594/2090> Acesso em: 27 de

janeiro de 2017.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3.ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

ORTIZ, F.S.G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. 2007. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 12. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

_____. **História Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PIO IX. **Carta Encíclica Qui pluribus**. Roma, 1846. Disponível em <<https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>> Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

PIO XI. **Carta Encíclica Mit Brennender Sorge**. SOBRE LA SITUACIÓN DE LA IGLESIA CATÓLICA EN EL REICH ALEMÁN. Vaticano, 1937. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html>. Acesso em 5 de fevereiro de 2017

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragésimo Anno**. SOBRE A RESTAURAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ORDEM SOCIAL EM CONFORMIDADE COM A LEI EVANGÉLICA NO XL ANIVERSÁRIO DA ENCÍCLICA DE LEÃO XIII, RERUM NOVARUM. Vaticano, 1931. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

_____. **Carta Encíclica Divini Redemptoris**. SOBRE O COMUNISMO ATEU. Vaticano, 1937. Disponível em <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxnVwb29lbnNmfGd4Ojg3MjcyMzE4MGJiMGI1NA>> Acesso em 6 de feveireir de 2017.

_____. **Carta Encíclica Non Abbiamo Bisogno**. ACERCA DEL FASCISMO Y LA ACCIÓN CATÓLICA. Vaticano, 1931. Disponível em, <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_1931062

9_non-abbiamo-bisogno.html#_ftnref*>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

PUGA, J. **Migração e Serviço Social: entre o conservadorismo e a consolidação dos direitos democráticos**. 2016. Monografia (graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUSA, A.A. **O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o Estado brasileiro**. Revista Labor - Universidade Federal do Ceará. Ceará: v.1, n. 3, 2010. Disponível em http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/conceito_gramsciano.pdf, Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

SOUZA, N. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites**. Revista de Cultura Teológica - PUC-SP, São Paulo: v. 14, n.55. Abril/Junho 2006. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226> Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

TROTSKY, L. **A Revolução de 1905**. *Prefácio à edição russa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

YAZBECK, M. C. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.